

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

STANDARDS DE PROVA E OS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA	23
I. A relevância do ônus de persuasão	23
II. A importância do ônus de persuasão.....	26
III. Os limites da análise jurídica.....	31
Referências bibliográficas	51

CAPÍTULO 2

A NATUREZA DA PROVA JUDICIAL	55
I. A lógica das regras probatórias	56
II. A epistemologia da apuração dos fatos no âmbito jurídico	66
A. A epistemologia da apuração dos fatos.....	67
B. A natureza da descoberta jurídica dos fatos	79
C. A tensão entre a epistemologia oficial e o raciocínio do jurado.....	83
III. A proposta de casos igualmente bem especificados e seu equivalente no âmbito penal	96

IV. As regras probatórias como um estranho no ninho.....	104
V. Por que a fixação na probabilidade convencional?.....	113
Referências bibliográficas	115

CAPÍTULO 3

ÔNUS DA PROVA	121
I. A teoria convencional sobre ônus da prova	122
II. A extensão da teoria dos ônus da prova às presunções e fatos <i>judicial notice</i>	141
A. <i>Judicial notice</i>	141
B. Presunções.....	144
III. Problemas no paraíso e um admirável mundo novo: os limites da teoria convencional e a explicação probabilística do processo probatório da qual ela depende.....	148
A. Problemas internos e contradições na abordagem convencional	148
IV. Solução: inferência para a melhor explicação	158
Agradecimento	163
Referências bibliográficas	163

CAPÍTULO 4

PRESUNÇÕES NOS PROCESSOS CIVIS RECONSIDERADAS	167
I. Usos das presunções	170
A. Construindo regras decisórias	170
B. Distribuição do ônus de persuasão	175
C. Instrução dos jurados sobre a relação entre fatos ...	182
D. Distribuição dos ônus de produção.....	188
II. Rumo a uma abordagem mais racional	191
Referências bibliográficas	197

CAPÍTULO 5

COMPLEXIDADE, A GERAÇÃO DE CONHECIMENTO JURÍDICO E O FUTURO DO PROCESSO	201
Introdução	201
I. Os limites das abordagens dedutivas	204
II. <i>Iqbal</i> e <i>Twombly</i> como prova dos limites das normas.....	208
III. Diferentes abordagens acadêmicas: YEAZELL e KAPLOW..	214
IV. Aceitando a complexidade.....	222
V. Virando-se com as redes	227
Conclusão	233
Referências bibliográficas	233

CAPÍTULO 6

TEORIZANDO SOBRE A AUTOINCRIMINAÇÃO	239
I. A inadequação da teorização sobre a Quinta Emenda ...	241
II. Os produtos compulsórios da “teoria” da cognição compulsória.....	252
III. A natureza da teorização.....	254
IV. O que faz um acadêmico do direito?	263
Referências bibliográficas	266

CAPÍTULO 7

O NÚCLEO DO CASO <i>MIRANDA</i>	273
Referências bibliográficas	294

CAPÍTULO 8

<i>EXPERTISE</i> E A DECISÃO <i>DAUBERT</i>	297
Referências bibliográficas	321

CAPÍTULO 9

AMBIGUIDADE FÁTICA E UMA TEORIA DA PROVA.....	323
I. A estrutura da (prova da) responsabilidade jurídica: alocação de erros e o problema da conjunção	326
II. A alocação da ambiguidade.....	335
III. A teoria das provas jurídicas e a natureza da ambigui- dade jurídica.....	341
IV. O poder explicativo e preditivo da teoria das provas ju- rídicas	361
Referências bibliográficas	377